

»Entrevista | NELSON ANTÔNIO DE SOUZA | PRESIDENTE DO BRB



Aponte a câmera do celular para assistir a entrevista completa

“Temos mais opções de capitalização”

» LUIZ FELLIPE ALVES

O presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, comentou ontem, durante o CB.Poder — parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília —, sobre as ações em curso para tentar recuperar a saúde financeira da instituição, entre elas, a transferência de imóveis públicos para um fundo de investimento. Aos jornalistas Carlos Alexandre e Sibele Negromonte, o executivo citou medidas adotadas em pouco mais de três meses de gestão, como a contratação de empresas

especializadas para monitoramento das contas do BRB e a reformulação das equipes administrativas do banco. Souza pediu o apoio da população de Brasília ao projeto e acrescentou que o sistema financeiro compreendeu o que foi feito com a instituição. “Hoje, todos entenderam que o BRB é vítima. Houve um crime e tiraram recursos do banco, que estamos resgatando seja por meio da Justiça, de ações, seja fortalecendo a instituição em liquidez, em capital e em reputação de imagem”, afirmou. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Ed Alves/CB/DA Press



Não gosto de fazer julgamento de gestões passadas, mas o que eu posso dizer é que o sentimento que ficou é de que algumas coisas não se concretizaram. Estamos vivendo um momento histórico no sistema financeiro nacional e um momento no qual o BRB precisa permanecer de pé e com condições de permanecer forte.”

Além dos imóveis, quais são as outras opções de capitalização do BRB?

Os próprios ativos do Banco Master, quase R\$ 22 bilhões, que não vendemos ainda, porque a maioria dos ativos são bons. Queremos vender por um preço que seja satisfatório para o BRB. Não queremos entregar a um preço muito abaixo da cotação ou do valor de face. Por isso, estamos aguardando o momento certo para vender. Temos uma janela correta para nos desfazermos de ativos. Temos uma carteira de pessoas jurídicas, uma de pessoas físicas e uma carteira de 17 fundos de investimento no Brasil e dois no exterior. Outra opção são algumas subsidiárias que interessam muito ao mercado, e que também apresentam uma possibilidade de venda de participação ou

uma venda de equity, de 49%, para que elas continuem sendo públicas. E temos letras financeiras subordinadas, no valor de quase R\$ 4 bilhões no mercado, que podemos fazer recompra para gerar capital.

Na conversa de 12 horas que o senhor teve com os deputados distritais, na segunda-feira, como foi a recepção deles ao projeto?

Depois dessa conversa, eu entendi que a preocupação dos deputados é pertinente. O que eu fiz em 12 horas com o secretário de Economia, com o procurador-geral e o diretor da Terracap foi transparência ao máximo para que eles formassem convicção e pudessem dar seu voto com total clareza. Em uma votação anterior, eles se sentiram enganados. Na conversa, viram que o nosso interesse é apenas manter o BRB de

pé e sadio. A existência de um banco estadual é muito bom para o DF. Significa ter uma economia forte e programas sociais. Caso o BRB deixe de existir, seriam R\$ 215 bilhões a menos na economia do DF. Seriam R\$ 6,8 bilhões de dividendos a menos para o governo.

Na avaliação do senhor, faltou transparência na gestão anterior?

Eu não gosto de fazer julgamento de gestões passadas ou futuras, mas o que eu posso dizer é que o sentimento que ficou é de que algumas coisas não se concretizaram. O que eu quis fazer durante a conversa foi dividir os momentos: estamos vivendo um momento histórico no sistema financeiro nacional e um momento no qual o BRB precisa permanecer de pé e com condições de permanecer forte.

Desde que o senhor assumiu, passaram-se três meses. O que de concreto foi realizado na gestão?

Tomamos algumas medidas em termos de austeridade. Vimos que não tinha como manter as mesmas coisas com a situação em que o banco se encontra. Uma delas foi o festival de vela em Dubai. O aeroporto de Brasília tinha envelopamento de Dubai, que é algo louvável, mas custava alguns milhões para o banco. Todos os projetos foram reduzidos para diminuir as despesas, especialmente de marketing e publicidade. Em termos de governança, mudamos praticamente a diretoria inteira, mudamos o conselho de administração, o comitê de auditoria e os colegiados de maneira geral. Além disso, contratamos empresas de auditoria independente e forense e uma de investigação, que já fizeram os primeiros achados. Esses documentos

foram encaminhados à Polícia Federal, ao STF, à CVM e ao Banco Central e culminaram em um novo inquérito policial. Inclusive, na semana passada, entramos com um arresto — apreensão de bens do devedor para garantir o pagamento de uma dívida — em 23,5% das ações do BRB que estão em free float (ações disponíveis para livre negociação no mercado). Vimos que havia carteiras do banco que estavam indo para o Banco Master, Rio e Pleno, e não para nós, que somos donos. Peticionamos, no STF, que deu 48 horas para o novo representante dos bancos restabelecer o fluxo financeiro e a devolução das carteiras. O prazo acaba hoje (ontem).

Há muita expectativa sobre o balanço do BRB, que deve ser divulgado até 31 de março. O senhor afirmou que

o banco sairá mais forte. O que esperar desse balanço?

O Banco Central tem dado todo apoio. Ele sabe que o BRB é forte. Estamos com o nosso balanço do terceiro trimestre atrasado. As demonstrações financeiras de 2025 não estão atrasadas, pois ainda temos prazo. Acertamos com o BC que a divulgação do terceiro trimestre de 2025 mais o exercício pleno de 2025 serão divulgados no fim do primeiro trimestre deste ano, já com o aporte de capital feito e com o banco regularizado. Inicialmente, teríamos 180 dias para regularizar. Entretanto, como o BRB é listado em Bolsa e tem 33% das ações em free float, temos até 31 de março para divulgar o balanço. Por isso, antecipamos a Assembleia Geral Extraordinária para o aporte de capital para 18 de março. Estou confiante de que vai dar certo.

BRB-MASTER/ A votação do PL de capitalização ocorreu em meio a tensão tanto entre os parlamentares como entre sindicalistas

Debate acalorado no plenário

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

A votação do PL nº 2.175/2026, que prevê medidas para a capitalização do Banco de Brasília (BRB), ocorreu em meio a debates acalorados tanto entre os parlamentares quanto na galeria do plenário da Câmara Legislativa do DF (CLDF), ocupada principalmente por servidores do BRB e da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). O clima de tensão marcou a sessão, que teve manifestações constantes do público presente.

Os grupos estavam em lados opostos em relação ao projeto. Servidores da Caesb, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos (Sindágua-DF), posicionaram-se contra a proposta, alegando que o texto inclui um terreno da companhia como garantia em eventuais empréstimos a serem contratados pelo BRB.

Já os funcionários do banco, representados pelo Sindicato dos Bancários, defenderam a aprovação da matéria, sob o argumento de que a medida é necessária para garantir a sobrevivência e o fortalecimento da instituição financeira.

Durante a votação, dois ocupantes da galeria foram retirados do plenário após interferirem na fala do deputado Pastor Daniel de Castro (PP). Um deles, trabalhador da Caesb, foi detido nas dependências da Casa. Segundo um representante do Sindágua, que preferiu não se identificar, o servidor teria sido conduzido de forma violenta, embora, de acordo com o sindicato, não houvesse manifestação agressiva por parte dele. Após o episódio, a entidade acionou sua assessoria jurídica.

A Presidência da Câmara Legislativa informou que a retirada foi determinada para garantir a ordem e o regular andamento da sessão. A Polícia Legislativa foi acionada

e conduziu os manifestantes para fora do plenário e, posteriormente, para a área externa do prédio.

Distritais

O embate também se estendeu ao campo político. A deputada Paula Belmonte (PSDB) protagonizou um momento de tensão ao classificar o projeto como um “cheque em branco” ao governo. Durante sua fala, exibiu um cheque simbólico em nome do governador Ibaneis Rocha (MDB). “Ontem foi dada a palavra do governo, do presidente do BRB, que iam entregar o registro dos imóveis, a avaliação dos imóveis. Nós só temos o registro de três imóveis. Isso é um cheque em branco ou é outra coisa?”, questionou. Após a declaração, foi vaiada por servidores do banco.

O deputado Chico Vigilante (PT) também foi alvo de vaias ao anunciar voto contrário ao projeto. Após votação, o distrital Fábio Felix (PSol), que votou contra, declarou que saiu envergonhado do plenário. “Lamentável, a proposta do governo está cheia de irregularidades e ilegalidades, é um cheque em branco”, comentou, reiterando que a medida não vai salvar o banco, e sim camuflar o verdadeiro problema. “Eles vão tentar jogar esse problema, esse rombo bilionário para depois da eleição”, disse.

O deputado distrital Thiago Manzoni (PL) apresentou um requerimento que solicitava a ida do presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson de Souza, e o secretário de Economia do DF, Daniel Izaías, para prestarem esclarecimentos referentes à situação atual do banco. Por 15 votos a 9, os deputados distritais rejeitaram o requerimento em plenário. Parlamentares, como o deputado Hermeto (MDB), alegaram que o presidente do BRB passou 12 horas na Casa na segunda-feira e que os esclarecimentos teriam sido esgotados. Por conta disso, o parlamentar, que é da base governista, votou contrário ao PL. “O presidente não

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



Sessão ordinária na CLDF foi marcada por reações tensionadas dos servidores do BRB e da Caesb



Roosevelt Vilela (PL) defendeu o projeto de lei



Fábio Félix (Psol) repudiou resultado da votação

trouxe documento nenhum, ele só falou. Se não tem documento para comprovar o que ele está falando, não tem meu voto”, afirmou.

Já o deputado distrital

Roosevelt Vilela (PL) defendeu, no plenário, a aprovação do Projeto de Lei 2175/2026 e alertou para o risco de liquidação da instituição caso a proposta não seja votada com

urgência. O parlamentar classificou como “infeliz” o episódio envolvendo o BRB e o Banco Master, mas afirmou que eventuais irregularidades devem ser apuradas

pelas autoridades competentes. “Isso tem que ser tratado pela polícia. Agora nós temos que salvar o BRB, que é um patrimônio de Brasília”, declarou.

Também com voto a favor, o deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) admitiu que é uma “infeliz necessidade”, uma vez que, segundo ele, após a exposição de motivos do presidente do banco, Nelson de Souza, ficou claro que o BRB vai parar, caso a proposta não seja aprovada. “É uma solução ideal? Não. Não é uma solução ideal, mas é necessário. Então, eu vou fazer parte desse grupo de deputados que vai colocar, sim, a cara a tapa, porque a população vai questionar”, ressaltou Roriz Neto. “Então, estamos aqui tratando da aprovação desse projeto para resgatar o BRB e para manter os milhares de empregos”, defendeu.

Placar da votação

A favor (14)

Daniel Donizet (MDB)
Doutora Jane (Republicanos)
Eduardo Pedrosa (União)
Hermeto (MDB)
Iolando (MDB)
Jaqueline Silva (MDB)
Joaquim Roriz Neto (PL)
Jorge Vianna (PSD)
Martins Machado (Republicanos)
Pastor Daniel de Castro (PP)
Robério Negreiros (PSD)
Roosevelt Vilela (PL)
Wellington Luiz (MDB)

Contra (10)

Chico Vigilante (PT)
Dayse Amarílio (PSB)
Fábio Félix (Psol)
Gabriel Magno (PT)
João Cardoso (Avante)
Max Maciel (Psol)
Paula Belmonte (PSDB)
Ricardo Vale (PT)
Rogério Morro da Cruz (PRD)
Thiago Manzoni (PL)